

**HABEAS CORPUS Nº 493.198 - SP (2019/0041170-5)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : HOMERO MORALES MASSARENTE  
**ADVOGADO** : HOMERO MORALES MASSARENTE - SP0144158  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PAULO ROBERTO ROSA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO ROBERTO ROSA contra decisão liminar proferida pelo Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2019213-94.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 1º/2/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, porque foi encontrado sem sua posse, em abordagem policial ao veículo que ocupava, 188,86g de cocaína e R\$ 152,00 (e-STJ fls. 40 e 50).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea, baseada na gravidade abstrata do delito, bem como os requisitos autorizadores da custódia cautelar. Ressaltou condições subjetivas favoráveis do paciente e que ele tem filho menor de 12 anos (e-STJ fl. 60). O Relator da ação originária, contudo, indeferiu a liminar nos seguintes termos (e-STJ fl. 61):

*Consta dos autos que foram apreendidos 304 invólucros plásticos contendo cocaína (188.86 gramas) e a quantia de R\$ 152,00 (fls. 32/33 e 34/36).*

*É impossível se admitir pela via provisória da decisão liminar a pronta solução da questão de fundo, sendo certo que essa medida não se presta a antecipar a tutela jurisdicional.*

Na presente oportunidade, em sua longa petição, o impetrante reitera as alegações anteriores – ausência de fundamentação e de elementos

concretos para a prisão preventiva e possibilidade de aplicação de outras medidas cautelares.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, concessão da liberdade provisória sob imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

No caso, o paciente foi preso em flagrante na posse de **188,86g de cocaína** e R\$ 152,00.

Diante das circunstâncias apresentadas, o Relator da ação originária entendeu não haver flagrante ilegalidade na prisão, razão pela qual indeferiu a liminar (e-STJ fl. 61).

Vale lembrar que "*A quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento para decretação da prisão preventiva*" (RHC n. 61.112/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 22/9/2015, Publicado em 1º/10/2015; RHC n. 60.962/MG, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 25/8/2015, Publicado em 15/9/2015)

Nesse contexto, não se verifica manifesta ilegalidade que

justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte.

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator